



A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO PARA ASCENSÃO DA LIBRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

José Arnor de Lima Júnior¹

Sédina dos Santos Jales Ferreira²

Juliana Fernandes Montalvão Mateus³

Ana Elilia Trigueiro Barros⁴

José Arnor de Lima Júnior⁵

RESUMO

Nos últimos anos no Brasil, com o fervoroso cenário político que nos acompanha vimos em diversos momentos a discussão permeando grupos e/ou classes social de nosso país, e um deles é a comunidade Surda. O deslumbramento com o discurso da então primeira dama, fez ascender a questão da segunda língua oficial brasileira, a Libras, com isso engana-se quem pensa que essa discussão vem desse momento, mas é parte de nosso dia a dia, desde 2002. Com esse intuito, o presente trabalho buscou levantar um debate sobre ascensão social da Libras e sua influência no processo de inclusão dos Surdos, por meio do bilinguismo no âmbito educacional e também em outras esferas da sociedade. A importância da língua para um povo faz com que se construa uma identidade própria e o viabilize a lutar pelos seus direitos, é então nos documentos da Lei 10.436/2002, em Strobel (2009), Gesser (2012) e Grosjean (1994) que a pesquisa é embasada visando estruturar de maneira explícita e coerente a perspectiva que propus nesse momento.

Palavras-chave: Libras; Comunidade Surda; Ascensão Social; Inclusão; Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil se discute sobre a melhor forma de ensino aos Surdos, e essa discussão é permeada por diversos setores da sociedade, um deles, o mais importante, a educação básica. Uma das dificuldades que esse público enfrenta hoje, é as barreiras comunicacionais e os ruídos que essa questão traz. Sabe-se pela história dos Surdos que a língua de sinais foi proibida durante cem anos e só retomada de forma oficial, no final do século XX. A Libras, vem sendo disseminada de maneira bastante abrangente, nos últimos anos, em decorrência das políticas de reconhecimento da língua e das de acessibilidade. De acordo com o último Censo do IBGE de 2010, mais de oito milhões de pessoas no Brasil, têm deficiência auditiva, quase três milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB), cerca de um milhão são jovens até 19 anos.

¹ José Arnor de Lima Júnior, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, arnorjr_brasil30rn@hotmail.com ;

² Sédina dos Santos Jales Ferreira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sedina.jales@hotmail.com ;

³ Juliana Fernandes Montalvão Mateus, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, julinda436@hotmail.com ;

⁴ Ana Elilia Trigueiro Barros Cavalcanti, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, liahidro@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Especialista, José Arnor de Lima Júnior – UFPE, arnorjr_brasil30rn@hotmail.com



Entretanto, existem também os surdos (a), que são classificados diferentes dos deficientes auditivos. O deficiente auditivo é o sujeito que possui a perda da audição, entretanto o mesmo não reconhece a língua de sinais como sua forma de comunicação. Muitas dessas pessoas partem para o processo cirúrgico do implante coclear ou o uso do aparelho de extensão sonora, o IC, como é chamado implante. Ele é introduzido através de uma cirurgia no nervo que liga o ouvido ao cérebro e daí há quem afirme que aos poucos o mesmo comece a ouvir, em gradativo processo.

Há quem discorde por achar e concluir que o procedimento não ajuda. Já o sujeito Surdo (a), é aquele que assume sua condição de surdo e passa a reconhecer a língua de sinais como sua comunicação, assim como se insere na comunidade surda e desde então se identifica como surdo. O mesmo passa a possuir uma língua, uma identidade e uma cultura, se constituindo como povo. De acordo com Strobel (2009, p. 29) quando pronunciamos ‘povo surdo’, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços.

Infelizmente, alguns atos de atrocidade contra a comunidade surda que foi acontecendo no decorrer dos anos. O pior deles foi no ano de 1880, quando houve em Milão na Itália, o Congresso Internacional dos Educadores Surdos, onde o objetivo central do evento foi discutir qual método de ensino aos surdos era o mais correto. Nesse tempo, surgiu na Europa duas linhas divergentes de pensamento dos pesquisadores. De um lado estava quem defendia o método do oralismo e o do outro o uso da língua gestual. As deliberações, quase na totalidade, votaram pelo oralismo puro. Desde então, se proibiu em todas as instituições de ensino o uso da linguagem gestual. No Século XX, ainda que o oralismo puro prevalecesse, surgiram alguns educadores com atenção voltada para o método gestual e bilíngue. Sendo assim, há um novo fortalecimento do uso da língua de sinais. Segundo Gesser (2012), refletimos então o seguinte:

Embora os convictos da proposta oralista acreditassem que a “cura” pela fala pudesse ser o único caminho possível, outros profissionais da área da educação perceberam o relevante papel da língua de sinais no processo de escolarização dos surdos. Entendiam que, sem a língua de sinais, o surdo teria implicações linguísticas, psicológicas, sociais, podendo comprometer uma série de habilidades cognitivas em seu desenvolvimento. (GESSER, 2012, p. 87).

O bilíngüismo surge então como, proposta de reforçar a inclusão dos Surdos a sociedade. Muitas pessoas ficam ainda a margem do real entendimento e compreensão do que



é a pessoa bilíngue. O bilíngue é o indivíduo que possui conhecimento tanto de fala como de escrita, em outra língua além de sua nativa. Nesse processo encontramos os Surdos usuários da Libras, os ouvintes que também usam língua de sinais, os cientistas que escrevem e leem artigos em outra língua além da dele própria, intérpretes e tradutores e também aqueles que escrevem pouco, mas falam bem e vice versa. Para Grosjean (1994) o conceito de bilinguismo baseia-se na compreensão de pessoas que utilizam duas ou mais línguas ou dialetos no seu dia a dia. Para ele, essa afirmação também abarca o estrangeiro que fala com dificuldade a língua do novo país.

O Brasil reconheceu, em 2002 a Língua de Sinais Brasileira – Libras, como a segunda língua oficial do país, depois do Português. Com isso reconhece também a sua importância enquanto combate ao preconceito e o caminho para superar os entraves impostos pelas barreiras comunicacionais. Em 24 de abril, do mesmo ano, o Congresso Nacional sancionou a Lei de Nº 10.436, na qual o Art. 1º expõe:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Assim sendo, esse feito o primeiro ato político na lei a dar oportunidade de uma expressiva parcela da sociedade ser reconhecida e ascender culturalmente e socialmente, em todos os âmbitos deste mesma sociedade. É sabido que nem sempre a lei representa a garantia de alguma coisa, mas seu deu nesse momento um enorme passo para um grupo que se identifica e se constitui como comunidade hoje no Brasil. O objetivo principal desse trabalho é compreender a importância do bilinguismo para a educação de Surdos, e por meio deste, analisar os estudos e falas dos autores acerca da temática e entender a possibilidade de ascensão da língua em nossa sociedade. Um dos motivos pela escolha desse estudo, é que como sujeito surdo e professor atuante no ensino superior, me deparo com essa discussão todos os dias e vejo nela um momento de debate e construção de metodologia e propostas que venham cada vez mais viabilizar a comunicação e inserção de Surdos no âmbito educacional.

METODOLOGIA

O presente trabalho, tem como objetivo elucidar sobre a questão do bilinguismo enquanto forma de comunicação pelos Surdos. Busco me ater alguns trabalhos, meus



passados e de outros colegas da área, que junto comigo, travam um empasse que busca discutir sobre a melhor ou talvez a maneira mais adequada de ensinar as crianças, jovens e adolescentes surdos.

Essa pesquisa utiliza-se do método narrativo, que tem porventura, buscar os fatos através de outros trabalhos, conhecimentos e estudos próprios, sobre o fenômeno em questão, que no caso presente, é ascensão do bilinguismo enquanto forma de comunicação aos Surdos. De acordo com Clandinin e Conelly (2011), o ponto de vista desse método é teórico e/ou contextual, que se baseia numa análise e interpretações de informações que nos leve a real compreensão da temática aqui proposta.

Essa análise e leitura desenvolveu-se nos bancos de dados da Scielo, Google Acadêmico, livros e ensaios em dissertações e teses que ajudaram na construção da percepção presente. Por ser um sujeito Surdo e está presente nesse contexto de maneira direta, é tomada como fonte e embasamento, a pesquisa qualitativa. Tal metodologia, apesar de estarem vinculadas a estruturas sociais, por vezes rígidas, por vezes mais flexíveis, possuem conhecimento, avaliam suas opções, tomam decisões. Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada na relação direta com os participantes. Para Stake (2011), por sua vez, a pesquisa qualitativa é experiencial e utiliza o julgamento pessoal como base importante para as afirmações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como ponto de partida, o bilinguismo é defendido por diversos autores como proposta ou até mesmo ideal de comunicação para os Surdos, de acordo com Skliar (1997) as crianças surdas devem crescer bilingues, que a primeira língua delas deve ser a língua de sinais e que a segunda deve ser a língua majoritária, na modalidade escrita. O bilinguismo fluirá antes de mais nada para integrar o conhecimento dos surdos. É importante frisar que ao se aprender a língua dos ouvintes, o surdo não necessariamente irá manusear a escrita de maneira correta, nesse aspecto é importante que o mesmo desenvolva a leitura e compreensão desta segunda língua. Para Grosjean (1994), no que diz respeito a língua materna, suas habilidades de fala não podem ser alcançadas em detrimento da língua de sinais, da língua escrita ou da educação escolar das crianças surdas.

Em questão da sociedade e o valor da educação para o indivíduo, Durkheim (1952) nos diz que ela é um dos principais pilares para a manutenção da sociedade, ela assimila a



criança para o entendimento social, sua capacidade voltada para o social, manter o social como ele é, funcionalista. Todos trabalhando para manter a sociedade viva, e para isso precisa aprender, normas, morais, religioso, éticos ou comportamentais. Cada um terá um lugar determinado para que o órgão funcione e haja harmonia, o ser humano é mais um produto da sociedade, do que construção dela. Entende-se que uma sociedade solidária orgânica a ideal, compreendendo a relação de cada um o seu papel no coletivo afastando o individualismo, criando uma consciência necessária para a manutenção, moderno e eficiente. Daí se então a importância de nos atermos aos processos de inclusão, um deles o bilinguismo.

Como bem aborda Simplício (2010), a Libras, por possuir riquezas linguísticas tanto quanto as línguas orais, oferecem as mesmas possibilidades de constituição de significados cumprindo, assim, um papel fundamental na educação de surdos. A língua de sinais como dita anteriormente é uma língua que parte do sentido da visão e do tato, pelos olhos e pelas mãos respectivamente. De acordo com Quadros (2007, p. 26), a língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização, classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Bilinguismo para Surdos e Ouvintes

Na comunidade Surda, o bilinguismo surge como integração de dois indivíduos, o Surdo e Ouvinte e é nessa interação que a inclusão acontece. Em 2002 a Libras foi reconhecida como segunda língua oficial aqui no Brasil e de lá pra cá, foi surgindo muitos adeptos a ela, inclusive próprios Surdos. É nesse sentido que Quadros (2000, p. 54) nos diz o seguinte: que quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil. É nesse instante que surge então a discussão acerca do bilinguismo e a força motriz para fazer dele um modelo ensino aprendizagem, assim como disseminar a língua de sinais para que seja incorporada ao dia a dia.

Arrisco a dizer que para o Surdo o aprendizado do português ainda se torna mais difícil, por muitos anos, como dito anteriormente, foi negado o aprendizado natural pela língua de sinais e imposto a comunicação total, que é a fala oral. Por isso, muitos surdos ou



deficientes auditivos não se relacionaram com a língua predominante, a do ouvinte. Ao ser inserido a Língua de Sinais, ele terá mais afinidade por ser trata de uma língua totalmente visual e de gestos, no qual será totalmente diferente sua constituição da língua ouvinte, o idioma natural. É importante elucidar, que os sinais é para os Surdos (as) sua forma de comunicação, assim como a fala oral é para os ouvintes, o principal meio de interação na sociedade. Segundo Ferreira (apud. 2010, Klima e Bellugi 1979), as línguas orais e as línguas de sinais exibem a dupla articulação, isto é, unidades significativas ou morfemas, constituídas a partir de unidades arbitrárias e sem significados ou fonemas. A estrutura fonológica das línguas de sinais se organiza a partir de parâmetros visuais. As principais diferenças entre as línguas de sinais e as linguagens orais, estão em determinadas características da organização fonológica das duas modalidades: a linearidade, mais explorada nas línguas orais e a simultaneidade, que é característica básica das línguas de sinais.

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo oral, mas o canal espaço visual como modalidade linguística. De acordo com Quadros (1997), a Língua de Sinais não é uma tradução de cada palavra do idioma oral, assim também como não existe sinal para cada palavra do vocabulário predominante. Para os ouvintes é importante que ao se estudar as línguas de sinais, ele tenha em mente essas questão e que assim, no caso do Brasil, ele aprende inglês, espanhol e francês e tem noção da diferença linguística entre elas, essa percepção e entendimento ele deverá ter com a Libras.

O espaço adequado a aprendizagem da Libras

Uma educação inclusiva ou uma educação segregadora? Essa pergunta hoje é o que permeia a discussão sobre como deverá ser feito o modelo ideal de uma escola para o sujeito surdo. Temos a inserção desse educando numa sala de aula convencional e com a presença de intérprete, nessa situação temos a inclusão. Numa sala de aula em que o professor seja bilíngue e se comunique de forma simultânea para com os dois públicos, surdos e ouvintes, temos a sala de aula bilíngue, essa segunda é uma dificuldade ainda encontrda, pois poucos são os educadores que conseguem dominar as duas línguas de forma simultânea.

O modelo atual dessa escola é questionado, porque uma ala mais radical dos educadores, afirma que há uma exclusão e o nível de aprendizado desse estudante não condiz com o que se espera alcançar, já os educadores mais entusiastas, essa perspectiva auxilia numa



troca de aprendizado e disseminação da língua de sinais. Pois a presença do Surdo com os Ouvintes, faz com que haja um intercâmbio de conhecimentos e que nesse processo se valorize a cultura singular de ambos e o conhecimento para com a outra, dando pontapé inicial no processo bilíngue.

Segundo Lerner (2002), as instituições de ensino se depara no meio de um entrave que é alcançar essa troca de conhecimento pela comunidade surda e ouvinte, a autora afirma que é nesse momento que o surdo pode e deverá ser inserido na comunidade de leitores e escritores da língua predominante, e nessa construção bilíngue possibilitar que a construção do indivíduo, surdo e/ou ouvinte se dê de maneira exitosa, levando em consideração o respeito a imagem do outro e se corroborando para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A língua de sinais, seja ela de qual país for, é o “carro-chefe” de uma cultura surda, e que convive muito próxima a nós ouvintes. E no que tange a educação, é necessário que o professor (a) esteja consciente de levar sua disciplina a essas pessoas, que parta dele (a), a iniciativa de aprender uma língua nova e tão perto da sua realidade, para que sua disciplina seja inclusiva a todos (as) e que sua sala seja diversificada, assim garantindo inclusão dentro do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Quadros, (2000, p. 5):

É tempo de reconhecer a língua de sinais, a escrita da língua de sinais, à riqueza cultural que a comunidade surda traz com suas experiências sociais, culturais e científicas. Se não somos competentes na língua usada pela comunidade surda e desconhecemos a riqueza cultural que pode ser produzida de forma Surda, precisamos buscar esse conhecimento ou optar por outra carreira profissional. A educação de surdos não pode mais continuar refém da falta de conhecimento dos profissionais que estão envolvidos na educação de surdos. Temos muito a fazer no processo de alfabetização e no ensino da língua de sinais para garantir a aquisição da leitura e escrita das crianças surdas..

No Brasil ainda existe outra língua de sinais, a dos índios, o país tem cerca de 200 línguas: 170 línguas indígenas, 30 línguas de imigrantes, 1 Língua de Sinais Brasileira (a Libras), 1 Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB) e, é claro, a Língua Portuguesa. Nota-se que o Brasil não é um país monolíngue, visto que estes povos existem e mantêm suas línguas vivas, uma pluralidade linguística e heterogeneidade cultural. Os índios Urubu-Kaapor utilizam a LSKB que não apresenta relação e nenhuma semelhança com a Libras, não há registro de como se estrutura essa língua, pois não há contatos entre ela, com a Libras e com o Português oralizado. Essa diversidade linguística que há no Brasil ainda e muito desconhecida, inclusive por grande parte dos Surdos e o trabalho inclusivo, seja ela feito onde for, vem para evidenciar a necessidade e importância em se aprender sobre as línguas de sinais.



Ascensão da Libras – Língua de Sinais Brasileira

A Libras atualmente é e estar sendo bastante conhecida pela grande massa da sociedade, seja pelo discurso da primeira dama ou pelas pautas em projetos de leis que tomaram partido no cenário político nas últimas eleições. É nessa questão que surge um olhar e atenção para um público que é expressivo na sociedade e que precisa de atenção enquanto a inúmeros fatores, nessa pesquisa, o foco é a questão do bilinguismo e devido a essas questões já citadas aqui, a língua de sinais hoje no Brasil possui adeptos de vários segmentos. Isso corrobora pra uma busca do aprendizado dessa língua pra se buscar segundos interesses, no caso do Brasil, se precisou e precisa aprender a Língua de Sinais, para falar e alcançar diretamente esse público. Fica evidente que no contexto nacional nos últimos anos, o interesse desse aprendizado se deu por razões políticas. Ascender socialmente uma língua que antes era rechachada pela classe dominante, os ouvintes, é uma tarefa difícil, ela não se desenvolve de maneira isolada e muito menos a margem da sociedade. É preciso que essa língua tem uma relação direta com a sociedade, mas não de forma determinante e sim numa relação de interres e influências. No caso da Libras, surge a necessidade do conhecimento para que o público seja inserido na sociedade e ajude a desenvolvê-la. Seja na mão de obra fortalecendo a economia e/ou nos diversos segmentos que necessitam das pessoas para que a sociedade seja e permaneça estratificada, no caso do Brasil essa necessidade é extrema. É pertinente entendermos que a comunidade Surda se constitui a partir de suas próprias especificades e apesar de fatores externos com segundas intenções barganharem sobre essa causa, suas próprias características permanecem e são elas que fazem com que a Libras, a principal forma de comunicação desse grupo evolua, de acordo com Labov (2008):

Não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21)

O autor traz uma reflexão acerca dos interesses que fazem ascensão de uma língua ser possível, que não se pode destinguir a influência social desse contexto. Entretanto, no cenário atual da educação brasileira, vivemos um momento que reflete um caminho que foi construído historicamente por um Estado de autoritarismo e imposição, entretanto esquecemos de refletir que a escola hoje, assim como anos atrás ela não é feita e nem preparada para todos. Por mais que nas leis, diretrizes e decretos garanta acessibilidade e garantia para a escola e conseqüentemente a educação, seu processo não se constrói de maneira democrática. Para



Coutinho (2006, p. 173) menos consensual é a constatação de que muitos dos traços dessa formação estatal brasileira ora em crise têm raízes já no início da nossa história. Isso significa que o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa. Então por mais que ascenda socialmente a Libras nesses últimos anos, estamos ainda muito longe de termos realmente um processo de inclusão eficaz e de êxito. O bilinguismo se constitui de maneira que vise a integração e interação de surdos com ouvintes, todavia antes de mais nada, é a maneira de combater uma sociedade que se desenvolveu numa perspectiva excludente e desigual para com aquelas que não nasceu dentro das amarras que ditam as regras a serem seguidas por essa sociedade. É momento de deixar claro que mesmo com os pequenos avanços, reconhecimentos e conquistas em leis e sociais, ainda há muito a se lutar e se solidarizar com a luta do outro. Pois a inclusão é feita a partir da união das forças oprimidas que buscam combater quem as oprime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que os educadores de todas as esferas que compõe hoje a educação no Brasil, se comprometam a fazer de seu trabalho um momento de inclusão e de abertura para os estudantes que precisam de alfabetização, letramento e conhecimento didático pedagógico. Para viabilizar a construção dele como um indivíduo transformador da sociedade. Na perspectiva do Surdo e da Língua de Sinais, cabe também buscarmos conhecer, no mínimo o que podemos denominar de básico, que possibilite a comunicação e aproxime esses estudantes aos demais. Isso se constrói por meio do empenho de cada profissional e pelas medidas das políticas públicas que são inseridas nas instituições de ensino.

A Libras ela vem evidenciar a capacidade de interação social de uma comunidade que é expressiva em nossa sociedade e sua ascensão é resultado de muito esforço e trabalho de diversos setores espalhados pelos Surdos. Desde as associações, as escolas de bairro, os grupos de intérpretes, até os estudantes e professores Surdos, foram eles e são eles que corroboram para disseminação do conhecimento acerca da língua de sinais. Há um perigo nos últimos anos no Brasil, de se aproveitar da língua, para agiar interesses políticos próprios e é com isso que devemos nos preocupar também, a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência auditiva ou Surdos, assim como qualquer outra questão social, deve ser levada a sério e não como uma proposta do indivíduo político, além do mais, não estamos falando



apenas de uma política ou de um advento social, mas sim de um direito que é assistido a todos os humanos, o direito a educação, comunicação e cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em: 14 de Maio de 2018.

CLANDININ, D. J. CONELLY, F. M. **Pesquisa narrativa:** experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COUTINHO, C. N. **O Estado brasileiro:** gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** SP; Melhoramentos, 1952.

FERREIRA, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Tempo Brasileiro UFRJ. Rio de Janeiro 2010.

GESSER, A. O ouvinte e a Surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

Grosjean, F. (1994). Individual bilingualism. In The Encyclopedia of Language and Linguistics. Oxford: Pergamon Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias> > Acesso em 09 de janeiro, de 2020.

LABOV, W. 1972. **Sociolinguistic Patterns.** Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

LERNER, D. Ler e escrever na escola: O real o Possível e o Necessário. Porto Alegre, RS: Art. Méd., 2002.

SKLIAR, C. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos.** In (org) Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Trad. Karla Reis. Porto Alegre/RS: Penso/Artmed, 2011.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. Ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.



QUADROS, Ronice Müller de & PERLIN, Gladis. Estudos Surdos ed. Eletrônica, Ed. Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. Textura, Canoas, n.3, p.53-62. 2000.

SIMPLICIO, V. A importância do ensino da Libras – Língua Brasileira de Sinais nas escolas de ensino fundamental. Disponível em
<http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_20167/artigo_sobre_a_import> Acesso em 09 de janeiro de 2020.